

O ANTIGOLPE

Gene Sharp & Bruce Jenkins



O ANTIGOLPE

Gene Sharp & Bruce Jenkins

ÍNDICE

O ANTIGOLPE.....	4
COMO OS GOLPES FUNCIONAM	6
QUANDO OS GOLPES COSTUMAM OCORRER?	8
APOIO A GOLPES	11
TENTATIVAS DE EVITAR GOLPES.....	13
GOLPES DERROTADOS.....	16
DEFESA ANTIGOLPE	25
AS NECESSIDADES DOS GOLPISTAS	27
DEFESA DIRETA DA SOCIEDADE.....	29
A NECESSIDADE DE PREPARATIVOS.....	32
OBJETIVOS DOS DEFENSORES CIVIS	33
RESISTÊNCIA: GERAL E ORGANIZADA.....	34
A IMPORTÂNCIA DA ESTRATÉGIA.....	36
ARMAS ANTIGOLPE	38
DIRETRIZES DE RESISTÊNCIA GERAL	41
TRATAMENTO DAS TROPAS E FUNCIONÁRIOS DOS USURPADORES	44
COMO ENFRENTAR O ATAQUE: OBSTRUÇÃO E COMUNICAÇÃO	46

COMO ENFRENTAR O ATAQUE: REPÚDIO E REJEIÇÃO	48
COMO IMPEDIR O CONTROLE DOS GOLPISTAS.....	49
COMO SUPERAR A REPRESSÃO E A INTIMIDAÇÃO	52
A IMPORTÂNCIA DA DISCIPLINA NÃO-VIOLENTA.....	53
APOIO INTERNACIONAL.....	56
MUDANÇAS DE ESTRATÉGIA DURANTE A LUTA	57
SUCESSO DURADOURO	58
EM CASO DE NECESSIDADE DE DEFESA A LONGO PRAZO	59
O COLAPSO DO GOLPE	62
COMO DETER UM GOLPE DE ESTADO	63
PROMOÇÃO DA DEFESA ANTIGOLPE.....	64
ADOÇÃO DE UMA DEFESA ANTIGOLPE	65
PREPARATIVOS POR PARTE DE INSTITUIÇÕES CIVIS.....	66
PREPARATIVOS INICIADOS PELO GOVERNO.....	69
UMA LEGISLAÇÃO POSSÍVEL E OUTROS PLANOS PARA MOBILIZAR A DEFESA	71
OUTROS TIPOS DE PREPARATIVOS	73
CONSEQUÊNCIAS DA DEFESA ANTIGOLPE.....	74
SOBRE OS AUTORES	76
NOTAS DE RODAPÉ:.....	77

O ANTIGOLPE

Defensores da democracia política, dos direitos humanos e da justiça social têm boas razões para se preocupar com golpes de estado. Essas tomadas abruptas do aparelho estatal têm ocorrido com grande frequência nas últimas décadas. Golpes derrubaram sistemas democráticos estabelecidos e constitucionais de governo, interromperam os movimentos em direção a uma maior democracia e impuseram regimes brutais e opressivos. Os golpes de Estado são uma das principais formas de instauração de novas ditaduras. Golpes também podem precipitar guerras civis e crises internacionais. Golpes continuam sendo um grande problema de defesa e sem solução.

Um golpe de Estado [1] é uma tomada rápida do controle físico e político do aparelho estatal por meio de ações ilegais de um grupo conspirador apoiado por ameaças ou pelo uso da violência. Os membros do governo anterior são depostos contra sua vontade. Inicialmente, o grupo golpista ocupa rapidamente os centros de comando, a tomada de decisões e a administração, substituindo as principais autoridades executivas anteriores por pessoas de sua escolha (militares ou civis). Eventualmente, eles ganham o controle de todo o aparato estatal. Golpes bem-sucedidos geralmente são concluídos rapidamente, no máximo em quarenta e oito horas.

Golpes de Estado ocorreram em dezenas de países em quase todas as regiões do mundo nas últimas décadas,

incluindo Tailândia, Birmânia, Filipinas, Brasil, Tchecoslováquia, Gana, Libéria, Chile, Fiji, Grécia, Líbia, Laos, Guatemala, Argentina, Granada, Polônia e União Soviética.

Os golpes têm se espalhado muito pela África nos países pós-coloniais independentes. O primeiro deles foi um golpe militar que derrubou Kwame Nkrumah do posto de Presidente de Gana em 1966. Houve cinco golpes na Tailândia entre 1951 e 1976, o que dificultou o crescimento da democracia. Na Líbia, Muammar Khadafi assumiu o poder como resultado de um golpe militar em 1969. O governo Allende no Chile foi deposto por um golpe militar em 1973. O golpe militar de 1964 no Brasil trouxe um regime militar repressivo que governou o país por anos. Na Guatemala, o golpe de 1982 foi seguido por outro golpe que eventualmente colocou o general aposentado Rios Mott no poder. A declaração de estado de emergência de 1981 e a instalação do general Jarulzelski como Presidente da Polônia para reprimir o sindicato independente de trabalhadores Solidarietà, assim como a tentativa fracassada de golpe na União Soviética em agosto de 1991, estão entre os exemplos mais conhecidos das últimas décadas. Continua havendo golpes e tentativas de golpe.

Alguns teóricos comentam que golpes de estado (e não eleições) “são o meio mais frequente de troca de governo” e que na África pós-colonial “o golpe militar tornou-se, de fato, o método institucionalizado de troca de governo.”[2]

Foi sugerido que golpes estão ocorrendo com menos frequência agora do que antigamente, mas que esse declínio pode ser momentâneo e mesmo um país que evitou um golpe por muitos anos pode permanecer vulnerável.[3]

Esforços maciços e somas de dinheiro são regularmente dedicados à preparação para resistir à agressão estrangeira. No entanto, praticamente nada é feito para preparar a sociedade para lidar com o problema do golpe de estado, apesar de sua frequência na política mundial. Já é hora de devotar longas reflexões à defesa antigolpe.

COMO OS GOLPES FUNCIONAM

A tomada da máquina política de comando e administração normalmente começa por meio da ação de autoridades de alto escalão do governo anterior, pela tomada de prédios e escritórios do governo, quartéis-generais militares e policiais e centros de controle de comunicações e transporte. Golpes costumam ocorrer de forma muito rápida, normalmente em questão de horas, portanto é importante que haja planejamento secreto e conspiratório.

Golpes costumam ser conduzidos por uma parte importante das forças militares, que age sozinha ou em conluio com grupos políticos, organizações de inteligência (nacionais ou estrangeiras) ou com forças policiais. Às

vezes, golpes são resultado de usurpações executivas: um chefe de Estado consolidado (presidente ou primeiro-ministro, por exemplo), falsamente declarando estado de emergência, age para suspender o governo constitucional e estabelecer uma ditadura.[4] Às vezes, golpes são liderados por um partido político ditatorial, com ou sem forças paramilitares próprias. Golpes também podem ser iniciados por uma seção da elite dominante apoiada por outros grupos. Para que o golpe tenha sucesso, é importante que as pessoas que não participam do golpe o apoiem, permaneçam passivas ou sejam neutralizadas. Por sua natureza minoritária e conspiratória, um golpe é o oposto de uma revolução popular de massa (embora golpistas possam chamar sua ação de "revolução").

O grupo que inicia o golpe costuma ter a intenção de usar o poder do setor do Estado que já controla (ou que planeja controlar primeiramente) contra outros setores, a fim de obter o controle total do Estado. É comum que os outros setores se rendam prontamente; eles fazem isso devido à grande força que apoia o golpe. Esses setores também podem se render porque não apoiam fortemente o governo atual, porque têm simpatia pelos golpistas, ou porque se sentem impotentes, sem saber o que mais podem fazer.

Os usurpadores normalmente buscam manter a ordem, a burocracia, o serviço civil, as forças militares, o governo local e a polícia intactos (ao menos temporariamente), mas sob seu comando. (O novo governo

imposto por um golpe militar pode ser completamente militar, parcialmente militar ou completamente civil). O poder somado do Estado sob os usurpadores pode então, se necessário, ser aplicado contra o restante da sociedade para estender e consolidar o controle de todo o país.

QUANDO OS GOLPES COSTUMAM OCORRER?

Em alguns países, um golpe interno é inimaginável, como na Noruega e na Suíça, por exemplo. Algumas condições tendem a impedir golpes. Onde os procedimentos constitucionais democráticos existem, são respeitados e fornecem meios institucionalizados pacíficos para resolver conflitos internos, mudar governos e responsabilizar autoridades, é menos provável que ocorra um golpe de estado. Se os grupos capazes de conduzir um golpe – como o exército – acreditam nos processos democráticos e respeitam os limites que foram colocados à sua autoridade, há pouca chance de eles tentarem um golpe. Em vez disso, eles podem exercer autocontrole, por acreditar que seria errado organizar um golpe.

A estrutura social da sociedade também influencia na determinação da probabilidade de um golpe de estado acontecer. Onde as instituições civis, não estatais, da sociedade são fortes e democraticamente controladas, e as instituições militares e os partidos políticos

antidemocráticos são comparativamente mais fracos, é pouco provável que ocorra um golpe.

Quando a sociedade coopera de maneira relativamente harmônica, é menos provável que ocorra um golpe. No entanto, essa situação é rara e não é necessária para evitar um golpe. Se os problemas internos têm gravidade limitada e podem ser resolvidos por meio de outros procedimentos institucionalizados e pacíficos, a probabilidade de haver um golpe é menor. Ou, se conflitos graves estão presentes, mas são conduzidos de forma não-violenta em vez de violência interna, o contexto será pouco propício para golpes liderados por grupos que prometam eliminar a violência interna e restaurar a lei e a ordem. Quando políticos buscam servir a sociedade e evitar a corrupção, uma "justificativa" para um golpe é removida.

Por outro lado, quando essas condições não estão presentes, a sociedade pode ficar vulnerável a golpes. As raízes do sistema político democrático podem ser rasas e corroídas. O governo pode ser visto como ilegítimo ou pode ser que haja insatisfação generalizada com seu desempenho. Talvez seja acusado de incompetência, corrupção ou indecisão em tempos de crise. Pode haver pouca confiança na capacidade dos procedimentos democráticos para remediar a situação e, em alguns casos, pode não haver procedimentos acordados para definir a sucessão do governo.

As instituições civis não estatais da sociedade – instituições voluntárias de vários tipos, partidos políticos,

instituições educacionais independentes, órgãos religiosos, sindicatos de comércio e várias outras — podem ser fracas ou inexistentes. Além disso, a população pode não ter uma participação significativa no sistema político. Conseqüentemente, não haveria grupos e instituições capazes de se opor à tomada do aparelho estatal.

A sociedade pode ter sérios problemas internos associados à violência. Inquietação social grave, problemas econômicos alarmantes, conflitos políticos extremos ou violência e homicídios podem fazer com que grande parte da população aceite o novo governo que promete agir para "restaurar a ordem" e acabar com a crise.

Condições econômicas desfavoráveis combinadas com fatores políticos podem tornar a sociedade vulnerável a golpes, e já se argumentou que a falta de diversificação nas exportações e a dependência excessiva de flutuações do mercado internacional para as exportações podem criar condições propícias para um golpe.[5]

Às vezes, indivíduos, grupos poderosos, um partido político ou um grupo militar pode simplesmente desejar poder e dominação - com ou sem a aparência de objetivos nobres.[6]

No entanto, essas condições não necessariamente geram um golpe. Mesmo quando as condições para um golpe são favoráveis e os possíveis golpistas não têm autocontrole, a tentativa de golpe pode não ocorrer por eles acreditarem que ela provavelmente fracassaria. A propensão ao fracasso pode ter diversas origens. Setores

importantes da força militar, polícia e funcionários públicos, assim como funcionários de níveis mais baixos do governo, podem ser vistos como não apoiadores de um golpe e provavelmente resistirão à tentativa. As instituições independentes da sociedade podem estar inclinadas a se opor ao golpe e são fortes o suficiente para agir poderosamente contra ele.

A capacidade desses possíveis oponentes ao golpe de agirem contra ele pode influenciar significativamente a decisão de potenciais golpistas quanto a realizar o golpe ou não. Se a sociedade tiver grande chance de resistir firmemente à tentativa de tomada de poder, é menos provável que ocorra o golpe.

Aqueles que tentam o golpe devem ser capazes de suportar que, uma vez que tenham tomado o poder, encontrarão resistência mínima da burocracia e da população. Em sociedades em que as massas são politicamente mobilizadas, envolvidas e poderosas, isso não é possível.[7]

APOIO A GOLPES

O pré-requisito básico para um golpe é que as forças organizacionais e repressivas dos golpistas sejam consideradas mais poderosas do que as outras instituições e forças da sociedade. Em suma, a sociedade civil precisa ser mais fraca do que as forças militares. De fato, em muitos

países, as forças militares foram expandidas nas últimas décadas para serem de longe a instituição mais forte de toda a sociedade. Essas forças militares muitas vezes se voltaram contra a própria sociedade e população das quais sua existência dependia e que deveriam defender. Golpes militares são mais prováveis se os soldados forem mais leais a seus oficiais do que ao governo democrático.

Se o golpe é, em vez disso, uma usurpação executiva (às vezes chamada de "autogolpe"[8]), é necessário que a combinação de órgãos civis governamentais e forças militares que auxiliam a tomada de poder sejam mais poderosos do que as instituições civis da sociedade. Em vez disso, o golpe pode ser conduzido por um partido político disciplinado com suas próprias forças paramilitares. Os apoiadores do partido também podem, por vezes, operar a partir de ministérios-chave em um governo de coalizão ou com o apoio de setores significativos das forças armadas e da polícia. Para ter sucesso, esse partido precisa ser mais capaz de agir do que outros setores da sociedade que podem se opor à tomada de poder. Em algumas situações, agentes de um governo estrangeiro podem ajudar grupos militares e políticos internos na execução de um golpe.

Em golpes anteriores, os defensores da liberdade política constantemente se mantinham em silêncio e se submetiam de forma passiva. Isso não significa que, quando uma tentativa de golpe é bem-sucedida, a população em geral foi a favor dele. Em vários casos, a população pode realmente se opor, mas não sabe o que fazer. Uma guerra

civil contra as forças militares e seus aliados - uma guerra que os democratas certamente perderiam -, tem compreensivelmente inspirado poucos. Os apoiadores de procedimentos constitucionais e da justiça social geralmente não sabem como um golpe apoiado pelas forças militares poderia ser derrotado.

Sem preparações sérias para uma defesa antigolpe, será difícil ter um sistema democrático duradouro em muitos países, especialmente naqueles com histórico de golpes. Mesmo em países que alcançaram uma situação política relativamente democrática, as medidas antigolpe são importantes apesar das declarações públicas de intenções inocentes por indivíduos e grupos que são capazes de conduzir um golpe.

TENTATIVAS DE EVITAR GOLPES

É obviamente melhor evitar que as tentativas de golpe ocorram do que ter que se defender contra um. Portanto, uma questão importante é como os golpes podem ser evitados e impedidos.

Em muitas democracias constitucionais, assumiu-se que, se a constituição e as leis proíbem golpes de estado, então a democracia está segura. Isso comprovadamente não é verdade, conforme descoberto por vários países da pior maneira possível. Democracias com dispositivos constitucionais ou leis contra tentativas de tomada de

controle do Estado por meio de golpes já foram vítimas de golpes. Essas proibições legais devem existir, mas muitas vezes não conseguiram impedir golpes. Na verdade, golpes são sempre conduzidos por grupos que estão bastante dispostos a violar as barreiras constitucionais e legais para realizar suas ações. Isso não significa que tais dispositivos constitucionais e legais não são úteis, mas que são insuficientes. É claramente necessário que haja maneiras de reforçá-los.

Pessoas e grupos dispostos a afastar ou assassinar autoridades executivas para se instalarem como governantes não têm problema em violar barreiras constitucionais ou legais existentes. Grupos militares determinados a "salvar a nação" ou estabelecerem sua dominância não serão impedidos por uma barreira legal. Partidos políticos disciplinados que se consideram os salvadores do povo e fundadores de uma sociedade ideal futura podem não respeitar barreiras impostas à sua tomada do poder estatal para implementar sua missão.

Também é necessário que haja iniciativas para resolver queixas justificáveis da sociedade, mas elas também são insuficientes. Essas queixas podem genuinamente motivar potenciais golpistas ou podem ser usadas como meras desculpas para um golpe com intenções menos louváveis.

Condenações e sanções internacionais também são formas pouco eficazes de deter certos golpistas.[9] É ingênuo esperar que influências internacionais sejam

capazes de impedir ou destituir um grupo interno que tomou o poder. Na melhor das hipóteses, elas podem apoiar uma força autóctone que bloqueie essas tentativas de usurpação. Outras vezes, influências internacionais podem apoiar o golpe, ou até mesmo ser uma força instigadora por trás dele, como o governo dos Estados Unidos em vários casos.

Assim, fica claro que algo mais é necessário: barreiras fortes contra golpes de estado. Este trabalho argumenta que essas barreiras podem ser erguidas dentro do país por meio de uma política de defesa antigolpe. Essa política não teria apenas o potencial de derrotar golpes; ela também poderia servir como uma forma de dissuasão desses ataques, baseada na capacidade de defesa eficaz.

Como a história mostra que os golpes costumam ser bem-sucedidos, a população tem a tendência de acreditar que não é possível erigir barreiras antigolpe. A confusão e a sensação de impotência que muitas vezes acompanham os golpes foram muitas vezes intensificadas pela ausência de planejamento, preparação e treinamento da população para bloquear golpes. Quando o golpe é apoiado pelas forças militares, supostas defensoras da sociedade, contra as quais não é possível aplicar o poder militar, a angústia e o desespero da população aumentam.

GOLPES DERROTADOS

O problema de como bloquear golpes de Estado parece impossível de resolver, exceto pelo importante fato de que algumas vezes golpes foram derrotados. Apesar das condições muitas vezes desvantajosas, os cidadãos já foram capazes de bloquear a tomada ilegal do poder do Estado. Esses casos foram notáveis.

Às vezes, os golpes falham porque a não-cooperação e as resistências quebram a relação entre o controle físico das instalações do governo e o controle político do Estado. Funcionários públicos, burocratas, grupos militares e outros funcionários do Estado se recusaram veementemente a cooperar com golpistas, negando o controle do aparelho estatal. Golpes também foram postos em xeque pela quebra da relação entre o controle do mecanismo estatal central e o controle da sociedade – incluindo instituições sociais independentes, governos locais e a população como um todo. Golpistas têm a tendência de presumir que o domínio das estruturas do Estado equivale ao controle político e social. No entanto, sem a submissão de todos os setores da sociedade, a liderança do golpe não poderá se tornar um governo duradouro.

A derrota da dura tentativa de tomada do poder na antiga União Soviética em agosto de 1991 é um caso relativamente recente de não-cooperação em massa contra um golpe. Casos antigos proeminentes de defesa antigolpe bem-sucedida ocorreram na Alemanha em 1920 contra o

Kapp Putsch (que ameaçou a nova República de Weimar) e na França em 1961 contra a revolta dos generais de Argel (que visava manter a Argélia sob o poder da França, retirando do poder o governo de Charles de Gaulle-Debré). Nesses três casos e em alguns outros, os golpes foram bloqueados pela resistência interna não-violenta. Apenas ocasionalmente, como durante o golpe de 1991 na União Soviética, houve ação ou ameaça de medidas diplomáticas e econômicas internacionais sérias.

Alemanha 1920[10] – Em 12 de março de 1920, as unidades extraoficiais do Freikorps de ex-soldados e civis ocuparam Berlim em um golpe contra a República de Weimar organizado pelo Dr. Wolfgang Kapp e pelo tenente-general Walter von Lüttwitz. O golpe visava estabelecer um regime autoritário de "especialistas". O pequeno exército alemão permaneceu "neutro". O governo democrático legal do presidente Friedrich Ebert fugiu. Embora não fosse bem-preparado, o golpe poderia ter sido bem-sucedido se não tivesse havido resistência.

O governo legal proclamou que todos os cidadãos deviam obedecer apenas a ele, e que as províncias deveriam se recusar a cooperar com o grupo Kapp. Depois que uma greve dos trabalhadores contra o golpe estourou em Berlim, houve a proclamação de uma greve geral em nome do presidente Ebert e dos ministros social-democratas – sem sua autorização oficial.

Os kappistas rapidamente tiveram que enfrentar a não-cooperação em massa dos funcionários públicos e burocratas conservadores do governo, entre outros.

Profissionais qualificados se recusaram a aceitar cargos ministeriais no novo regime. A repressão kappista foi dura, e alguns grevistas foram mortos a tiros. No entanto, a força da não-cooperação cresceu e uma greve geral paralisou Berlim. O Reichsbank se recusou a prover fundos aos usurpadores. Em 17 de março, a Polícia de Berlim exigiu a renúncia de Kapp. Ele fugiu para a Suécia no mesmo dia, muitos de seus assessores deixaram Berlim em trajes civis e Lüttwitz renunciou. A Freikorps então marchou para fora de Berlim, matando e ferindo manifestantes.

O golpe foi derrotado pela ação conjunta de trabalhadores, funcionários públicos, burocratas e população em geral que haviam recusado a cooperação popular e administrativa que os usurpadores precisavam. A República de Weimar sobreviveu para enfrentar graves problemas internos. Os custos financeiros da resistência à tentativa de golpe foram modestos, e estima-se que várias centenas de pessoas foram mortas e feridas pelos kappistas.

França 1961[11] – O presidente francês Charles de Gaulle, no início de abril, comunicou que estava abandonando a iniciativa de manter a Argélia francesa. Em resposta, na noite de 21 para 22 de abril, unidades militares francesas rebeldes na Argélia assumiram o controle da capital Argel e

de pontos próximos importantes. No entanto, o golpe só poderia ter tido sucesso caso eles substituíssem o governo legal de Paris.

No dia 23 de abril, os partidos políticos e sindicatos de comércio da França realizaram reuniões de massa e convocaram uma greve geral de uma hora. Naquela noite, de Gaulle transmitiu um discurso, que também foi ouvido na Argélia, exortando as pessoas a desafiar e desobedecer aos rebeldes, ordenando o uso de "todos os meios" para derrubá-los. "Eu proíbo todos os franceses, e principalmente todos os soldados, de cumprir qualquer uma de suas ordens. "O primeiro-ministro Debré alertou sobre um ataque aéreo de Argel. No entanto, em vez de ordenar a ação militar, ele convocou a população em geral a agir: "Assim que as sirenes soarem, vá lá [aos aeroportos] a pé ou de carro, para convencer os soldados de que isso é um grande erro".

Cópias do discurso de De Gaulle foram amplamente distribuídas pela população e soldados leais da França na Argélia. De Gaulle declarou mais tarde: "A partir de então, a revolta encontrou uma resistência passiva no local que se tornou mais explícita a cada hora".

Em 24 de abril, dez milhões de trabalhadores participaram da greve geral simbólica. Nas pistas de pouso, as pessoas preparavam veículos para serem colocados nas pistas para bloquear o pouso de aviões. Um bloqueio financeiro e marítimo foi imposto à Argélia.

As tropas francesas leais na Argélia agiram para minar os rebeldes. Dois terços dos aviões de transporte e muitos caças foram levados para fora do país, enquanto outros pilotos bloquearam as pistas ou fingiram falhas mecânicas. Os soldados do exército simplesmente ficaram em seus quartéis. Houve muitos casos de ineficiência deliberada, com pedidos e arquivos "perdidos" e atrasos na comunicação e no transporte. Funcionários públicos esconderam documentos e se retiraram.

No dia 25 de abril, De Gaulle transmitiu uma ordem às tropas leais para que atirassem nos rebeldes, mas não houve necessidade. O golpe já havia sido fatalmente minado. Os líderes rebeldes resolveram cancelar a tentativa de golpe e, durante a noite de 25 para 26 de abril, o regimento que havia originalmente tomado Argel se retirou da cidade.

Houve algumas baixas, provavelmente três mortes e vários feridos na Argélia e em Paris. O ataque ao governo de De Gaulle havia sido derrotado por meio de resistência e dissolução.

União Soviética 1991[12] – Em 18 de agosto de 1991, em uma tentativa para bloquear a descentralização radical do poder na União Soviética, um grupo de oficiais soviéticos linha-dura deteve o presidente soviético Mikhail Gorbachev e exigiu que ele entregasse todos os poderes executivos ao seu vice-presidente. Gorbachev se recusou.

O autoproclamado "Comitê Estatal pelo Estado de Emergência" – composto, entre outros, pelo vice-presidente soviético, primeiro-ministro, ministro da Defesa, presidente da KGB e ministro do Interior – declarou um "estado de emergência" de seis meses. Jornais de oposição foram banidos, partidos políticos foram suspensos (exceto o Partido Comunista) e manifestações proibidas. O primeiro decreto da junta afirmou a primazia da Constituição soviética sobre as das repúblicas e exigiu a adesão a todas as ordens do Comitê de Emergência.

Parecia que a junta tinha todas as forças militares da União Soviética à sua disposição. Divisões armadas e soldados paraquedistas foram enviados a Moscou. No Báltico, as forças golpistas assumiram o controle das instalações de telefonia, rádio e televisão e bloquearam os principais portos. Unidades mecanizadas de ataques fora de Leningrado começaram a se mover em direção à cidade.

Em Moscou, dezenas de milhares de pessoas se reuniram espontaneamente nas ruas para denunciar o golpe. Em uma dramática ação desafiadora, o presidente da Federação Russa, Boris Yeltsin, subiu em um tanque hostil e denunciou a ação dos golpistas como um "golpe de direita, reacionário e anticonstitucional". Yeltsin proclamou que "todas as decisões e instruções desse comitê são ilegais" e apelou aos cidadãos para que repudiassem os golpistas e aos funcionários que não participassem do golpe. Yeltsin concluiu sua fala com um apelo por uma "greve universal ilimitada." Mais tarde naquele dia, Yeltsin

ordenou que o exército e os integrantes da KGB que estivessem na república russa obedecessem a ele, não aos golpistas.

Milhares se reuniram em frente à "Casa Branca" russa (o prédio do parlamento) para protegê-la de ataques. Barricadas foram erguidas; ônibus e carros bloqueavam as ruas. Embora a chamada para uma greve geral tenha sido em grande parte ignorada, mineradores dos campos de carvão em Kuzbass e perto de Sverdlosk entraram em greve.

Os golpistas decretaram um estado especial de emergência em Moscou por causa de "manifestações, passeatas, demonstrações e instigações a revolta." Na segunda noite do golpe, os organizadores da resistência colaram cartazes pelo metrô da cidade convocando uma manifestação em massa em frente à "Casa Branca" no dia seguinte.

Em Leningrado, 200.000 pessoas participaram da manifestação em resposta ao pedido do prefeito Anatoly Sobchak por "uma resistência constitucional a mais ampla possível" ao golpe. Dezenas de milhares na Moldávia bloquearam as ruas para manter as tropas soviéticas afastadas. Líderes da Ucrânia e do Cazaquistão condenaram o golpe. Um grande comício em Minsk pedia desobediência civil em massa. O presidente lituano Landsbergis pediu para os cidadãos cercarem o edifício do parlamento em Vilnius para protegê-lo de ataques. Sessões de emergência dos

parlamentos da Letônia e da Estônia declararam independência total da União Soviética.

Em Moscou, jornais banidos da oposição imprimiram secretamente o "The Common Paper", que pedia resistência dos cidadãos. Um transmissor de rádio doado permitiu que o governo russo transmitisse informações sobre a resistência por todo o país através de estações locais de retransmissão. A estação de rádio independente banida "Echo Moscow" continuou sua transmissão, transmitindo discursos ao vivo de sessões de emergência do parlamento russo. Embora proibida, técnicos da televisão russa gravaram seus noticiários em fitas de vídeo que foram distribuídos para vinte cidades ao redor da União Soviética.

Funcionários da mídia controlada pelo Estado se recusaram a cooperar com os golpistas. Os discursos de Yeltsin e Sobchak foram ao ar em noticiários noturnos que os censores do Comitê de Emergência da KGB decidiram não bloquear. Depois disso, o Primeiro Vice-Presidente da Televisão Soviética, Valentin Lazutkin, recebeu um telefonema do Ministro do Interior, Pugo: "Você desobedeceu a duas ordens. Você deu instruções às pessoas sobre onde ir e o que fazer. Você responderá por isso." Multidões de manifestantes se juntaram em frente à Casa Branca naquela noite para proteger o governo russo.

Esforços organizados foram feitos para minar a lealdade das forças golpistas. Panfletos e alimentos foram distribuídos a soldados. Os cidadãos imploraram para que

comandantes de tanques mudassem de lado. Yeltsin pediu disciplina: "Não provoque os militares. Os militares se tornaram uma arma nas mãos dos golpistas. Portanto, devemos também apoiar os militares e manter a ordem e a disciplina no contato com eles."

Em vários casos, unidades militares inteiras abandonaram os golpistas. Dez tanques em frente à Casa Branca desviaram suas miras do prédio do parlamento, prometendo ajudar a defendê-lo contra ataques. Motins contra os golpistas foram registrados na Base Naval de Leningrado e em uma academia de treinamento de soldados paraquedistas. Unidades ao oriente se recusaram a apoiar a junta. Na república russa, a polícia do Ministério do Interior local e unidades da KGB declararam lealdade a Yeltsin. O ministro de defesa Yasov ordenou que a divisão de Tula se retirasse de suas posições próximas à Casa Branca por causa da incerta lealdade das tropas. O ministro do Interior, Pugo, dissolveu a polícia de Moscou por medo da deslealdade dos policiais golpistas.

Na tarde do segundo dia do golpe, os golpistas tentaram montar uma nova equipe de ataque contra a Casa Branca russa. Os soldados paraquedistas do Exército e as forças do Ministério do Interior deveriam cercar a Casa Branca, abrindo caminho para um ataque do Grupo Alfa da KGB. No entanto, o chefe dos soldados paraquedistas do Exército e o comandante da Força Aérea Soviética se recusaram a participar o ataque. Horas antes do ataque planejado, o comandante do Grupo Alfa da KGB declarou

que suas forças não participariam. "Lá não haverá ataque. Não lutarei contra o meu povo."

Na manhã seguinte, o Conselho de Defesa da União Soviética votou pela retirada das tropas de Moscou. Membros do Comitê de Emergência foram posteriormente presos (um cometeu suicídio). O presidente Gorbachev voltou ao poder. Houve poucas mortes – um total de cinco durante a tentativa de golpe. O golpe havia sido derrotado. A coragem do povo e a desobediência nas forças armadas frustraram a tentativa de volta a um regime autoritário.

Esses três casos de resistência bem-sucedida – Alemanha em 1920, França em 1961 e Rússia em 1991 – mostram que é possível se defender contra golpes. Certamente existem outros casos em que resistências semelhantes não obtiveram sucesso, mas a existência dessas vitórias mostra que, ao menos sob algumas condições, os golpes podem ser derrotados.

DEFESA ANTIGOLPE

Podemos aprender muito analisando a forma como os golpes de estado funcionam e como eles podem ser derrotados. É possível ver que não há a necessidade de ficar passivo e desamparado perante ataques à liberdade e à justiça. A defesa pode ser feita pela própria sociedade que está sendo atacada.

O ponto principal deste trabalho é que uma política de defesa contra golpes de estado é possível. A essência de tal política de defesa é dupla: (1) que aqueles que atacam o sistema constitucional e pretendem substituir o governo eleito por um regime de sua própria escolha precisa ter toda a sua legitimidade negada – eles não têm direito político ou moral para assumir o governo, e (2) toda cooperação precisa ser negada – ninguém do governo ou da população deve ajudá-los ou obedecê-los de maneira alguma.

Em um golpe de estado, a tomada de prédios governamentais, centros de transporte e comunicação, assim como pontos geográficos importantes não é feita sem motivos específicos. O objetivo disso é controlar o aparelho do Estado e, portanto, o país como um todo. Os golpistas precisam assegurar esse amplo controle para que o golpe seja bem-sucedido.

No entanto, a tomada isolada desses pontos não dá aos golpistas o controle que eles buscam sobre o governo e a sociedade. Em um primeiro momento, eles não controlarão a população, as organizações políticas, econômicas ou sociais, as estruturas governamentais, nem mesmo todas as forças militares e a polícia. Os golpistas também não estarão em uma posição de conquistar possíveis objetivos ideológicos. Após as forças militares ou paramilitares ocuparem prédios governamentais e centros importantes de comunicação e transporte, inevitavelmente se seguirá um período crucial no qual os golpistas precisam

estabelecer e consolidar seu controle. Até mesmo na ausência de resistência, esse controle requer tempo e esforço para ser alcançado. Essa necessidade de consolidar o controle – e o tempo que leva para isso ser efetuado – é o que torna possível uma defesa eficaz por parte da sociedade.

AS NECESSIDADES DOS GOLPISTAS

Imediatamente após o início do golpe, os golpistas precisam de legitimidade, ou seja, a aceitação de sua autoridade, governo, direito moral e político. O endosso de líderes morais e religiosos, personalidades políticas respeitadas e, em alguns casos, da realeza ou antigas autoridades os ajudarão a obter essa aceitação.

Os golpistas precisam que seu controle do aparelho de Estado seja aceito pelas pessoas e instituições que detenham autoridade política e moral legítima, sejam elas autoridades eleitas, líderes morais não oficiais ou a realeza.

O primeiro princípio básico da defesa antigolpe é, portanto, negar legitimidade aos golpistas.

Os golpistas também precisam do apoio de líderes civis e da população, ou que eles estejam confusos ou passivos. Além disso, os golpistas exigem a cooperação de especialistas e consultores, burocratas e servidores públicos,

administradores e juizes para consolidar seu controle sobre a sociedade. Jornalistas e radialistas, gráficas e técnicos precisam fazer o que lhes é ordenado. Polícia, agentes penitenciários e soldados precisam seguir ordens para prender manifestantes e executar pessoas conforme ordenados. Os golpistas também precisam que uma grande parcela da população que trabalha no sistema político, instituições da sociedade e na economia, se submeta passivamente e realize suas funções usuais modificadas pelas ordens e políticas dos golpistas.

Em suma, para consolidar seu controle, os golpistas exigem um grau significativo não apenas de legitimidade, mas também de cooperação da sociedade que eles pretendem governar.

No entanto, é possível que alguns ou nenhum desses atos exigidos de submissão, cooperação e assistência sejam cumpridos. Eles podem ser prejudicados pelo repúdio, não-cooperação e resistência. Tanto a legitimidade necessária quanto a cooperação essencial possuem vulnerabilidades. Todos esses grupos e a população em geral podem desobedecer às ordens. As reivindicações de legitimidade podem ser rejeitadas. A necessária cooperação, obediência e apoio podem ser negados. A consolidação do governo golpista pode, assim, ser bloqueada.

Mesmo a oposição moderada pode forçar os opressores a terem ações significativas para assegurar a aceitação, cooperação e apoio necessários. Em uma defesa antigolpe poderosa, a população deve evitar o controle do

aparelho estatal pelos golpistas por meio de uma ampla e seletiva não-cooperação, mantendo seu apoio ao governo legal e seu ao apelo à resistência. O repúdio forte, determinado e generalizado, a não-cooperação e a resistência ao golpe pela sociedade podem bloquear os objetivos golpistas e derrotar o golpe.

O segundo princípio básico da defesa antigolpe é resistir aos golpistas com não-cooperação e resistência.

Se tanto a legitimidade quanto a cooperação forem negadas, os golpistas podem morrer por inanição política.

DEFESA DIRETA DA SOCIEDADE

Portanto, uma política antigolpe deve focar na defesa da sociedade pela própria sociedade, não para a defesa de pontos geográficos, nem mesmo de prédios governamentais. A geografia e os prédios são, em última análise, importantes para os golpistas apenas quando acompanhados de assistência humana. A tomada de um prédio escolar, por exemplo, é inútil para alguém que procura controlar a educação se a escola não estiver em funcionamento com alunos, professores e administradores. A ocupação de uma ferrovia não dá controle sobre esse tipo de transporte se os ferroviários e gerentes não estiverem dispostos a operar os trens de acordo com as ordens. O

próprio controle de um edifício do parlamento não dá controle sobre os membros do parlamento ou sobre a população como um todo que acredita no governo parlamentar.

Em vez de tentar fornecer uma defesa constitucional lutando por prédios e pontos geográficos, as pessoas defendem ativamente suas instituições, sua sociedade e suas liberdades. Aqui, as prioridades da ação são cruciais. A insistência no cumprimento dos procedimentos constitucionais ou na manutenção de uma imprensa livre, por exemplo, tem mais importância direta para a democracia do que a ocupação de um determinado cruzamento de ruas ou de um edifício.

É claro que, às vezes, determinados locais e prédios têm uma importância simbólica. Os defensores civis podem querer bloquear a tomada desses locais colocando seus corpos entre os opressores e os prédios. Em 1991, por exemplo, o parlamento lituano e a Casa Branca russa foram protegidos pelo poder do povo. No entanto, não se deve generalizar a partir desses dois casos. Primeiro é necessário observar que uma barricada humana nem sempre é realista. Sob condições climáticas extremas, especialmente frias, seria praticamente impossível que uma barricada humana composta pelos mesmos indivíduos permaneça na mesma posição por muito tempo. Por isso, é importante lembrar que a defesa antigolpe é uma defesa da sociedade, não de pontos geográficos ou prédios, que os golpistas são

capazes de controlar caso estejam dispostos a matar um número suficiente de pessoas.

Caso os golpistas não estejam certos de suas próprias intenções e métodos, ou se suas tropas não estiverem dispostas a matar muitos defensores, então a defesa por barricadas humanas pode ser bem-sucedida. No entanto, existe um grande perigo nas tentativas de defender prédios importantes ou outros locais por barricadas humanas. Se, apesar dos esforços dos defensores, o prédio for ocupado com sucesso pelos golpistas, os defensores e a população em geral podem se sentir injustificadamente desmoralizados. Os defensores podem então acreditar que não apenas o prédio do parlamento foi ocupado, mas que o próprio parlamento tenha sido destruído. Os defensores e a população podem acreditar que a mera ocupação física da antiga sede do governo colocou os golpistas no controle da situação.

Portanto, é necessário cuidado extremo ao formular estratégias e táticas de defesa de prédios, de forma que os defensores e a população coloquem ênfase na defesa do sistema constitucional e das próprias instituições da sociedade, que podem continuar independentemente do destino dos prédios. Os líderes do golpe não podem controlar a população, as instituições, as organizações e o governo sem a submissão e a cooperação da população.

A NECESSIDADE DE PREPARATIVOS

Nos três casos analisados anteriormente, a defesa foi improvisada, sem a vantagem de planejamentos prévios ou preparação. É surpreendente como até a ação social improvisada pode ser poderosa. No entanto, inevitavelmente, essa resistência despreparada será mais fraca do que se planos cuidadosos tivessem sido elaborados acerca da defesa contra ataques desse tipo. Confusão, incerteza sobre o que fazer, protestos ineficazes ou contraproducentes e atrasos dispendiosos na tomada de decisões podem potencialmente ser evitados ou reduzidos significativamente através de preparativos. Por outro lado, a defesa antigolpe por uma cidadania assertiva pode ser muito reforçada por preparações e orientações específicas. Essas diretrizes teriam como objetivo preparar os cidadãos e as instituições sociais para que ofereçam resistência coletiva a qualquer golpe. Essas preparações precisariam incluir diretrizes gerais para a defesa e responsabilidades designadas para membros de determinados grupos populacionais e instituições, como funcionários públicos, líderes religiosos, policiais, jornalistas, funcionários do transporte e muitos outros.

Tal planejamento e preparativos para a defesa antigolpe são possíveis. Se as instituições independentes da sociedade ou o governo (com cooperação de instituições não-governamentais e organizações) os iniciarem e realizarem, a defesa antigolpe será em grande parte

determinada pela situação política do país e pelo grau de força e vitalidade da sociedade.

OBJETIVOS DOS DEFENSORES CIVIS

Em uma política antigolpe, os resistentes terão como objetivo:

- Repudiar os golpistas como ilegítimos sem direito a assumir o governo;
- Tornar a sociedade atacada ingovernável para os agressores;
- Bloquear a imposição de um governo viável pelos golpistas;
- Manter o controle e a autodireção de sua própria sociedade;
- Transformar as instituições da sociedade em organizações de resistência onipresentes contra o golpe;
- Negar aos golpistas quaisquer objetivos adicionais;
- Tornar os custos do ataque e da tentativa de dominação inaceitáveis;
- Subverter a confiança e lealdade das tropas e funcionário dos golpistas e induzi-los a abandonar os oficiais que participarem do motim;
- Incentivar a discórdia e a oposição entre apoiadores do golpe;

- Estimular a oposição internacional ao golpe por meio de pressões diplomáticas, econômicas e da opinião pública contra os opressores; e
- Obter apoio internacional em comunicação, finanças, alimentação, diplomacia e outros recursos.

RESISTÊNCIA: GERAL E ORGANIZADA

Estratégias de defesa antigolpe podem ser agrupadas inicialmente em duas categorias amplas: "geral" e "organizada"[13]. Antes de um ataque, uma série de pontos importantes deve ser selecionada e identificada para a população em geral como os pontos nos quais a população deve resistir, mesmo na ausência de instruções específicas do grupo de liderança. Esse tipo de resistência é chamado de "resistência geral". Esses pontos podem incluir, por exemplo, os esforços para promover o regime dos opressores como se fosse legítimo, tentativas de refazer ou abolir a legislatura eleita, medidas para reformular os tribunais ou impor uma nova constituição, restrições à liberdade de expressão e religião, e esforços para controlar as instituições independentes da sociedade.

A transgressão de qualquer um desses pontos pelos opressores seria um sinal para que a população resistisse. A provisão antecipada de linhas de orientação para a resistência geral tornaria possível uma resistência sábia até mesmo se as autoridades oficiais ou os líderes de defesa

inicial tiverem sido presos ou executados. A resistência geral também pode ser praticada se as comunicações dos líderes da defesa com a população tiverem sido bloqueadas.

A "resistência organizada" difere da resistência geral na medida em que os defensores agem de acordo com uma chamada ou as instruções de um grupo de liderança de defesa antigolpe. Este grupo pode consistir em membros do governo legítimo, autoridades do órgão de planejamento da defesa antigolpe ou pessoas selecionadas de alguma outra forma. Essa liderança pode, por exemplo, ser composta por representantes de organizações voluntárias (educacionais, cívicas, trabalhistas, religiosas, políticas e outras) que tenham sido aceitas informalmente pela sociedade (independentemente de suas identidades individuais serem conhecidas publicamente ou não).

A resistência organizada complementa e não substitui a resistência geral. Muitas vezes, a resistência organizada consiste em atos focados em um evento específico, ou ocorre em um local específico ou em uma hora marcada. Essa resistência pode assumir a forma de atos específicos de protestos ou resistências simbólicas, dos quais existem dezenas de tipos possíveis. Exemplos incluem manifestações, greves curtas, marchas de protesto, apagões de protesto, toque de sinos de igreja, içamento de bandeiras nacionais como protesto (por exemplo, içando a meio mastro), campanhas organizadas de envio de cartas, leitura simultânea de declarações

oficiais de líderes religiosos em cultos, greves de fome organizadas, transmissões sigilosas por rádio e expressões de luto (seja por causa de brutalidades dos opressores ou atos de terrorismo do próprio povo).

Tanto a resistência geral quanto a resistência organizada são muito importantes nas lutas de defesa contra golpes de estado. A função proporcional de cada uma delas varia de acordo com a situação específica.

A IMPORTÂNCIA DA ESTRATÉGIA

A técnica geral que tem sido mais eficaz na defesa antigolpe é a luta não-violenta. Ela evita o combate armado direto contra golpistas, que normalmente têm vantagem nesse quesito. A técnica não-violenta também maximiza o poder dos defensores, aumenta significativamente o número possível de resistentes em relação a aqueles capazes e dispostos a usar a violência e, mais importante, ajuda a sabotar a moral e a confiança dos soldados golpistas.

As armas ou métodos de luta não-violenta - como greves, boicotes, tipos de não cooperação política e motim — não devem ser aplicados aleatoriamente. Esses métodos não devem ser selecionados de acordo com os caprichos e vontades dos indivíduos ou como resposta a eventos de menor porte, e também não devem ser aplicados de forma confusa, improvisada ou intuitiva. Esses métodos serão mais eficazes se forem aplicados como partes de uma

estratégia abrangente e cuidadosamente selecionada de defesa antigolpe.

Tentar oferecer defesa sem formular uma estratégia de luta é imprudente. Também é potencialmente desastroso. Uma das principais razões para o fracasso de algumas iniciativas não-violentas do passado foi a má escolha da estratégia ou a negligência ao desenvolver a estratégia. A estratégia é tão importante em lutas não-violentas quanto em uma guerra militar.

É preciso que haja um plano geral que conduza todo o conflito. Isso é chamado de *grande estratégia*. Dentro dela, estratégias individuais precisam ser formuladas para alcançar objetivos importantes no conflito ou para direcionar as fases da luta. Uma *estratégia* é uma concepção, um plano geral sobre qual a melhor forma de agir para alcançar os objetivos de uma fase importante de um conflito, dentro de um quadro de referência inserido na grande estratégia escolhida. O objetivo é usar os recursos disponíveis da melhor forma possível para atingir o objetivo com o menor custo possível. A estratégia escolhida determina se é necessário, quando e como lutar.

Dentro de uma estratégia específica, táticas – planos de ações limitadas – e *métodos* individuais – formas específicas de ação – são usados para implementar a estratégia. Essas ações são mais limitadas em questão de tempo, escala ou questões específicas para atingir os objetivos limitados pretendidos.

As estratégias de defesa antigolpe precisam ser planejadas com muita reflexão e extremo cuidado. As estratégias precisam se basear nos melhores recursos disponíveis de princípios estratégicos. Elas também precisam se basear no conhecimento da luta não-violenta, na dinâmica dos golpes, na situação particular do conflito e nos pontos fortes e fracos tanto da população que está se defendendo quanto dos golpistas.

As questões de estratégia são mais variadas e complexas do que as indicadas aqui e os leitores que estejam enfrentando decisões estratégicas devem consultar discussões mais aprofundadas em outras fontes.[14]

ARMAS ANTIGOLPE

A seleção dos métodos de ação mais adequados é de vital importância. A estratégia inicial antigolpe pode usar algumas das seguintes armas não-violentas: uma greve generalizada em que todos fiquem em casa; paralisia de cada parte do sistema político que os golpistas tentam controlar; operação persistente de partes não controladas do sistema político de acordo com políticas e leis anteriores ao ataque (ignorando decretos e políticas dos golpistas); tomada das ruas com manifestantes; inversamente, deixando as ruas completamente vazias; insubordinação massiva das tropas e funcionários dos opressores;

publicação em jornais e transmissões de rádio e televisão com notícias sobre o ataque e a resistência; greve geral; e uma paralisação econômica (por trabalhadores e gerentes).

Na luta pela defesa, é importante dar importância primordial àqueles métodos que contrariam diretamente os objetivos iniciais dos golpistas. Esses objetivos estarão relacionados principalmente a alcançar e consolidar o controle sobre o sistema político e enfraquecer a oposição ao golpe. É improvável que os objetivos econômicos estejam entre os objetivos iniciais dos golpistas. (Os objetivos econômicos podem ser, em alguns casos, objetivos de longo prazo, como manter o controle do sistema econômico principalmente nas mãos de uma elite existente ou para usar o Estado para assumir o controle ou o domínio sobre o sistema econômico.)

O controle do sistema econômico raramente é, ou nunca, um objetivo de um golpe de estado. Portanto, greves gerais ou interrupções econômicas raramente são os métodos de resistência mais relevantes e eficazes de ação antigolpe. Mas, em pequenas doses, elas podem demonstrar a solidez da vontade de resistir. No entanto, quando aplicadas por um período prolongado, essas armas econômicas podem pôr em perigo a capacidade da sociedade atacada de sobreviver à sua própria defesa. Uma greve geral, por exemplo, normalmente só seria usada apenas no início da defesa antigolpe para mostrar a determinação da sociedade em resistir ao ataque, ou mais tarde na luta por algum propósito específico, porém

limitado, como protestar contra brutalidades extremas. A greve geral ou uma paralisação econômica também podem ser usadas caso haja a crença de que uma expressão de resistência massiva e dramática possa servir como um golpe de misericórdia ao ataque.

Muito mais importantes inicialmente serão aqueles métodos específicos que visam diretamente os objetivos iniciais dos golpistas. Seriam aqueles que:(1) demonstrem repúdio às pretensões de legitimidade dos golpistas; (2) bloqueiem sua tomada de controle dos mecanismos políticos do Estado (como por meio da não-cooperação de funcionários públicos, polícia, forças militares, níveis mais baixos no governo, etc.); (3) demonstrem o repúdio da população ao golpe e sua não-cooperação e desobediência a ele; (4) bloqueiem as iniciativas dos golpistas que buscam controlar os meios de comunicação e, assim, mantenham os vários meios ativos, como imprensa e rádio; e (5) desafiem as iniciativas dos golpistas de neutralizar ou controlar as instituições independentes da sociedade. Se os meios de defesa citados aqui puderem ser aplicados de forma massiva e eficaz para atingir esses objetivos, a única opção do golpe será fracassar.

DIRETRIZES DE RESISTÊNCIA GERAL

As diretrizes de resistência geral contra golpes podem ser formuladas antes de qualquer possível golpe. Tais diretrizes seriam elementos básicos para uma estratégia antigolpe eficaz, instruindo a população sobre como resistir. Elas podem incluir as seguintes ações:

- Repudiar o golpe e denunciar seus líderes como ilegítimos, merecedores apenas da rejeição como governo. A denúncia dos golpistas como ilegítimos deve ser apoiada por líderes morais, políticos e religiosos, funcionários e membros de todas as instituições da sociedade (incluindo educação, mídia e comunicação) e governos nacionais, locais, regionais e provinciais (incluindo chefes de estado e realeza). Recusar a dar qualquer legitimidade aos golpistas por qualquer meio, incluindo iniciativas para negociar um acordo entre eles e os líderes políticos legítimos.
- Considerar todos os decretos e ordens dos golpistas que contradigam as leis vigentes como ilegais e se recusar a obedecê-los.
- Manter toda a resistência estritamente não-violenta para tornar a defesa antigolpe a mais eficaz possível. Recusar-se a ser provocado a ponto de se tornar violento e de realizar ações imprudentes.

- Recusar e desobedecer a todas as tentativas dos golpistas de estabelecer e estender os controles sobre o aparato governamental e a sociedade.
- Não cooperar com os golpistas de forma alguma. Isso se aplica à população em geral; todos os especialistas e tecnocratas; todos os líderes dos governos anteriores e de partidos políticos; todas as ramificações do governo central ou federal, governos estaduais, regionais e locais, incluindo seus funcionários públicos e burocratas; grupos ocupacionais e profissionais importantes; todos os profissionais da mídia e dos meios de comunicação; todos os funcionários dos sistemas de transporte; a polícia; membros e unidades das forças militares; todos os juizes e funcionários do sistema judiciário; equipes de instituições financeiras, tanto governamentais como privadas; e dirigentes e membros de todas as outras instituições da sociedade.
- Persistir em manter as operações normais da sociedade de acordo com a constituição, leis e políticas de antes do ataque estabelecidas pelo governo legítimo e pelas instituições independentes da sociedade. Isso deve ser continuado até que, ou a menos que, as pessoas sejam fisicamente removidas de seus locais de trabalho, escritórios e centros de atividade. Mesmo assim, na medida do possível, continuar as operações normais dos locais onde estiverem. Isso se aplica especialmente a autoridades

e funcionários de todos os setores, departamentos e níveis de governo.

- Preservar o funcionamento de organizações políticas e sociais legítimas. Criar organizações substitutas que possam assumir as funções de organizações atacadas ou fechadas pelo golpistas.
- Recusar-se a fornecer informações vitais aos golpistas e seus colaboradores. Por exemplo, quando for adequado, remover os sinais e placas de trânsito, nomes de ruas, números de casas, para impedir que as atividades dos golpistas e proteger as pessoas de serem presas.
- Recusar-se a fornecer aos golpistas os suprimentos e equipamentos necessários, escondendo-os quando apropriado.
- Estabelecer uma "comunicação criativa" amigável com os funcionários e tropas que servem aos golpistas de forma concomitante à resistência. Explicar as razões das ações de defesa, afirmar a ausência de qualquer intenção de violência contra eles, procurar minar sua confiança e tentar induzi-los a serem úteis para ajudar os defensores. Essa ajuda pode assumir as formas de ineficiência deliberada na repressão, na transmissão de informações aos defensores e, em casos extremos, deserção, com soldados se juntando aos defensores na luta não-violenta pela liberdade. Tentar

persuadir os soldados e funcionários da necessidade de aderir às normas constitucionais e procedimentos legais.

- Recusar-se a ajudar os golpistas a divulgar sua propaganda.
- Documentar por escrito, áudio e filmar as atividades e a repressão dos golpistas. Preservar a documentação e distribuir a informação amplamente aos defensores, internacionalmente e aos apoiadores dos golpistas.

TRATAMENTO DAS TROPAS E FUNCIONÁRIOS DOS USURPADORES

Logo no início do golpe, os defensores devem tentar se comunicar e alertar os golpistas, seus funcionários e suas tropas sobre a hostilidade da população ao ataque. Palavras e ações simbólicas devem ser usadas para comunicar a vontade de resistir, de mostrar o tipo de defesa que seria travada, e instar que os golpistas se retirem.

Deve haver iniciativas em todas as fases do golpe para minar a lealdade dos soldados e funcionários individuais dos golpistas. Isso seria relativamente mais fácil na resistência antigolpe do que nos casos de invasões estrangeiras, porque os soldados e funcionários geralmente falam o mesmo idioma dos resistentes ou ao menos um idioma comum que todos entendam. Se esse não for o caso,

então a comunicação ainda seria possível de outras formas, tais como com o uso de panfletos e *slogans* traduzidos, com resistentes linguisticamente habilidosos, ou através do comportamento e símbolos dos defensores.

Inicialmente, os soldados golpistas seriam informados de que haverá resistência, mas que a resistência será de um tipo especial. Nela, a defesa precisaria realmente ser dirigida contra a tentativa de tomada de controle pelo golpe, mas seria conduzida sem prejudicar os soldados como indivíduos. Se isso pudesse ser comunicado, os soldados poderiam ser mais propensos a ajudar a população de pequenas maneiras, evitar brutalidades e organizar motins em um momento de crise do que se as tropas esperassem a qualquer momento ser atingidas por atiradores de elite ou bombas.

É importante que haja demonstrações repetidas de que não há intenção violenta ou ameaça aos soldados individuais, acompanhadas de uma resistência clara. Essa combinação tem a maior chance de aumentar a eficácia da defesa antigolpe. A forte resistência sem ameaça pessoal ou violência pode, pelo menos entre alguns soldados, criar ou agravar seus problemas morais. Os problemas podem ser expressos por meio de lealdades incertas aos golpistas, problemas para manter a dignidade ao reprimir pessoas não-violentas e, em casos extremos, por meio de descontentamento e motins.

No entanto, pode não haver garantia de que as tropas golpistas serão favoravelmente afetadas pela disciplina não-violenta, especialmente a curto prazo. Eles podem ainda perpetrar brutalidades e matar resistentes não-violentos. Mas, essas tragédias não significam o fracasso da resistência. Em vez disso, por meio da resistência contínua e disciplinada, as brutalidades podem enfraquecer os golpistas e fortalecer a defesa, conforme será discutido em seções posteriores.

COMO ENFRENTAR O ATAQUE: OBSTRUÇÃO E COMUNICAÇÃO

Apesar de esta defesa antigolpe não funcionar atacando militarmente as tropas dos golpistas, alguma ação limitada afetando as tropas devem ser tomadas no primeiro estágio de um ataque. Caso seja identificado a tempo, o avanço das tropas golpistas poderia ser bloqueado temporariamente por atividades de obstrução em rodovias, ruas, aeroportos, ferrovias e similares. A entrada ou a movimentação das tropas poderia ser atrasada por meio de ações como a recusa de operar ferrovias, o bloquear rodovias e aeroportos com muitos carros abandonados e, em algumas situações, com barricadas humanas nas ruas e estradas.

Apesar de essas atividades obstrucionistas contra o avanço das tropas serem apenas parcialmente efetivas, elas deixariam claro para os soldados que, não importando a

ordem que estivessem cumprindo, eles não seriam bem-vindos como tropas do golpe. As pessoas também apelariam aos soldados para que não acreditassem na propaganda política dos golpistas.

Outras ações simbólicas poderiam ser o uso de fitas pretas em sinal de luto, a recusa a sair de casa por um período, uma greve geral limitada ou a desobediência ao toque de recolher. Tais ações serviriam a dois propósitos. Eles alertariam aliados e inimigos que o golpe será combatido com firmeza. Ao mesmo tempo, essas ações ajudariam a aumentar a confiança das pessoas para combater a submissão e a colaboração aos golpistas. No entanto, essas ações seriam apenas um prelúdio simbólico a uma resistência substancial posterior.

Os métodos simbólicos a seguir podem ser usados para ajudar a comunicar a vontade da população de resistir aos golpistas e suas forças: panfletos, cartas, transmissões de rádio e televisão, conversas pessoais, jornais, cartazes, faixas, mensagens diplomáticas, declarações em reuniões regionais e das Nações Unidas, assistência de terceiros, mensagens e *slogans* pintados em muros e tipos especiais de manifestações. Esses meios de comunicação e alerta poderiam ser direcionados às tropas inimigas, aos líderes e apoiadores atuais e potenciais do golpe.

COMO ENFRENTAR O ATAQUE: REPÚDIO E REJEIÇÃO

Nas primeiras horas, dias e semanas após uma tentativa de golpe de estado, é extremamente importante tomar medidas rápidas e sólidas para evitar que os golpistas sejam aceitos e estabeleçam um controle eficaz sobre o aparelho estatal e a sociedade. É necessária uma estratégia imediata de repúdio e rejeição dos golpistas e ataque para derrotar o golpe rapidamente. Essa estratégia seria uma combinação de repúdio à afirmação de legitimidade e a rejeição a cooperar. Ela incluiria uma não-cooperação total ou quase total com os golpistas. Uma derrota rápida do golpe tornaria desnecessária uma luta posterior contra um regime opressor estabelecido e, portanto, muito mais forte.

Como as tentativas de golpe costumam ser mais fracas em suas primeiras horas e dias, é essencial que os defensores antigolpe tomem medidas imediatas e resolutas contra os opressores. A defesa precisa ser ampla e profunda o suficiente na sociedade para constituir um repúdio resolutivo aos golpistas. Os apelos dos opressores pela "unidade nacional" – significando apoio a eles – e para que eles tenham tempo para provar suas boas intenções, devem ser ignorados.

COMO IMPEDIR O CONTROLE DOS GOLPISTAS

Ao ignorar ou desafiar as ordens ilegais dos opressores, políticos, funcionários públicos e juízes devem manter os mecanismos normais de governo e os tribunais fora do controle dos golpistas – como aconteceu na resistência alemã ao Golpe de Kapp em 1920.

O poder legislativo não recebeu os golpistas nem cumpriu quaisquer ordens ou solicitações deles. Em vez disso, o Legislativo seguiu operando sob a constituição vigente, a menos ou até que os membros fossem de fato removidos fisicamente pelas forças golpistas. Ou, o poder legislativo poderia se dispersar depois de lançar um apelo à resistência popular e governamental ao golpe. Os membros do poder legislativo poderiam então se juntar à população em outros aspectos da defesa.

Nem a secretaria do tesouro do governo, nem bancos privados devem fornecer dinheiro ou crédito aos golpistas. Em 1920, por exemplo, o Reichsbank alemão recusou dinheiro aos golpistas, declarando que o nome do Dr. Kapp, principal líder do golpe, não estava na lista de signatários aprovados para a retirada de fundos estatais.

O poder judiciário poderia declarar os golpistas e seus colaboradores como um órgão ilegal e inconstitucional. Os tribunais continuariam funcionando com base nas leis e na constituição antes da invasão. Elas se recusariam a dar assistência moral, legal e repressiva aos opressores, mesmo que tivessem que fechar os tribunais. A

ordem seria então mantida por pressões sociais, solidariedade e sanções não-violentas; poderiam ser usados tribunais clandestinos e árbitros independentes.

Os golpistas devem ser recebidos com uma recusa geral da burocracia governamental e dos servidores públicos em cumprir suas instruções, como ocorreu na resistência ao Golpe de Kapp. Ou os burocratas e funcionários públicos podem simplesmente continuar usando as políticas antigas, ignorando as ordens dos golpistas e atrapalhando a implementação de novas políticas.

A polícia é mais eficaz quando enfrenta diretamente os golpistas recusando instruções ilegítimas e tentando continuar com suas atribuições usuais. Sob pressão extrema, ela pode fingir estar cumprindo as ordens dos golpistas, mas nunca as implementam por evasão e ineficiência deliberada.

Jornalistas e imprensa, recusando-se a se submeter à censura dos golpistas, deveriam publicar jornais proibidos, boletins de notícias e outras publicações em edições grandes ou várias menores. Emissoras e técnicos deveriam transmitir programas de rádio de resistência por meio de transmissores escondidos ou de um território não controlado ou até mesmo estrangeiro. Por exemplo, o presidente De Gaulle e o primeiro-ministro Debré transmitiram discursos de Paris dirigidos a recrutas e oficiais do exército francês envolvidos no golpe na Argélia, pedindo-lhes que desobedecessem aos oficiais rebeldes.

Ao mesmo tempo, devem ser feitos esforços para persuadir as pessoas que estão participando do golpe, e especialmente aquelas em escalões mais baixos dos militares ou outras organizações que estejam sendo condenadas a apoiar o golpe, para que, em vez disso, elas se recusem a obedecer às ordens de realizar atividades ilegais. Quando o perigo para essas pessoas for grande, elas podem lançar mão de vários tipos de ações evasivas ou desaparecer na população em geral ao invés de apoiar a usurpação anticonstitucional.

Em alguns casos passados, os resistentes à opressão do governo golpista tentaram ativamente fazer amizade com as tropas sob comando hostil para induzi-las a serem brandas em sua repressão ou mesmo a se juntarem à resistência democrática. Algumas vezes, esses esforços foram bem-sucedidos. Resistentes a golpes precisam estar cientes de tais opções e estar preparados para aplicá-las.

O impacto cumulativo de tal não-cooperação institucional serve para evitar que os golpistas controlem tanto o governo quanto a sociedade. Ao bloquear tal controle, os defensores mantêm e até mesmo aumentam sua capacidade de continuar a resistência a longo prazo, caso o golpe não seja derrotado rapidamente e isso seja necessário.

COMO SUPERAR A REPRESSÃO E A INTIMIDAÇÃO

Golpistas que enfrentam uma defesa antigolpe forte e bem-preparada são mais susceptíveis de se sentirem seriamente ameaçados e, portanto, de responder com repressão. Esse certamente será um momento difícil para os defensores e para toda a população. Prisões, espancamentos, campos de concentração, fuzilamentos, execuções, por exemplo, podem ter um impacto forte nos defensores. No entanto, as medidas repressivas não são decisivas, em si mesmas, a menos que invoquem medo e submissão nos defensores. De fato, a repressão dos oponentes é uma evidência do poder da luta não-violenta, e não é motivo maior de desespero como se, em uma guerra comum, o inimigo revidasse os tiros ferindo e matando soldados do lado opositor.

Contra uma defesa antigolpe, a repressão pode ser usada para esmagar a resistência e também incutir medo. O ditado chinês é: "Mate a galinha para amedrontar o macaco." No entanto, como tem ocorrido em inúmeras lutas, se os resistentes e a população se recusarem a ser intimidados a ponto de se tornarem submissos e passivos, então a repressão poderá fracassar.

Há risco de mortes na resistência não-violenta, mas ela parece produzir muito menos vítimas do que se os dois lados usassem a violência. Ao mesmo tempo, a persistência na luta não-violenta tem muito mais chance de sucesso do

que se os resistentes tivessem escolhido lutar de forma violenta contra um oponente militarmente preparado.

Os golpistas podem demonstrar muita crueldade, por exemplo, matando o chefe de Estado e outros líderes políticos importantes. Essa brutalidade pode não apenas ser feita para assustar a população e levá-la a aceitar o golpe. Esses assassinatos também criam vazios na liderança do governo que os próprios golpistas podem querer preencher. Portanto, uma parte importante dos preparativos antigolpe é determinar claramente a linha de sucessão política, ao menos para várias substituições.

A IMPORTÂNCIA DA DISCIPLINA NÃO-VIOLENTA

Ao reconhecer que a violência mina a dinâmica e a força de luta não-violenta, os golpistas podem muitas vezes procurar deliberadamente provocar os resistentes a usar a violência. A violência e os planos de uso da violência podem ser falsamente atribuídos aos resistentes. A repressão, principalmente a repressão bruta, pode ter a intenção de provocar os resistentes a uma resposta violenta. Outras vezes, agentes provocadores são colocados dentro de grupos de resistência para instigar ou mesmo cometer atos de violência para apoiar a acusação de que os resistentes estão usando violência. Todas essas provocações à violência precisam ser rejeitadas para que os defensores não prejudiquem a sua própria defesa.

A defesa antigolpe é baseada na técnica da luta não-violenta. Um grande requisito estratégico da luta não-violenta é que uma luta corajosa precisa ser acompanhada de uma disciplina não-violenta.[15] Nada será ganho e muito poderá ser perdido matando jovens soldados que por acaso estejam no exército dos golpistas. A perpetração de violência, especialmente mortes causadas pelos resistentes, ajuda a minar uma luta supostamente não-violenta de várias maneiras. A violência por parte da resistência pode ajudar a unir os apoiadores do golpe e as forças militares contra os defensores antigolpe. Em contrapartida, a principal estratégia de defesa em relação a esses soldados é minar sua moral e induzi-los a se tornarem não confiáveis ou realizarem um motim. Esse objetivo torna-se quase impossível de ser alcançado quando os soldados são alvos de violência.

A violência por parte dos defensores será usada pelos golpistas para "justificar" a repressão avassaladora que eles queriam usar de qualquer maneira. Ela será usada para afirmar que os golpistas estão salvando o país do terrorismo ou da guerra civil, e estão preservando a "lei e a ordem". A violência por parte dos defensores também pode enfraquecer seu próprio lado, pois as pessoas podem estar menos dispostas a apoiar ou empregar a violência do que a participar de uma resistência completamente não-violenta.

A repressão de resistentes corajosos e disciplinados pode, às vezes, ter o efeito oposto ao pretendido pelo repressor. Nessa situação, há uma forte tendência para a

repressão violenta provocar uma reação contra a própria posição de poder dos repressores. Esse processo é chamado de “*jiu-jitsu político*”.

A repressão contra resistentes corajosos, mas não-violentos, pode prejudicar a posição de poder dos repressores de várias maneiras. Essa repressão e o impacto das brutalidades podem, às vezes, ajudar a aumentar a número de resistentes entre a população defensora e aumentar sua determinação. Podem também semear dúvidas e ressalvas nas mentes das tropas e apoiadores dos golpistas, criando desconforto, oposição e, finalmente, desavenças e resistência entre opressores e a população, funcionários e as forças militares. A forte repressão contra defensores não-violentos também pode incitar uma forte oposição internacional ao golpe e mobilizar a opinião internacional e a ação diplomática e econômica contra os golpistas.

Esse processo de *jiu-jitsu político* é de grande ajuda quando ocorre. No entanto, a estratégia de defesa antigolpe não deve depender dele. Em vez disso, a estratégia deve se concentrar principalmente no repúdio à legitimidade dos golpistas e desafiar suas tentativas de assumir o controle por meio da não-cooperação massiva e da resistência política.

Em resumo, para os defensores antigolpe, a manutenção do comportamento de resistência não-violenta provavelmente contribuirá para: (1) ganhar simpatia e apoio, (2) reduzir vítimas, (3) induzir o

descontentamento e motins nas tropas do oponente, (4) atrair o máximo de participação para a luta não-violenta e (5) conquistar amplo apoio. A disciplina não-violenta é um fator essencial para alcançar esses objetivos.

APOIO INTERNACIONAL

Apenas ocasionalmente, como aconteceu contra o golpe soviético de agosto de 1991, assim como na oposição ao golpe de setembro de 1991 no Haiti, o apoio diplomático e econômico internacional foi uma ameaça ou impedimento efetivo contra um golpe de estado. No entanto, como sugere o caso do Haiti em relação às sanções internacionais para reempossar presidente Aristide, a defesa com grande foco na ação internacional pode não ser eficaz. Em vez disso, uma defesa bem-sucedida depende principalmente da não-cooperação e da resistência dentro do país atacado.

Mas, às vezes, o apoio internacional pode ser influente na assistência à luta antigolpe. Os governos podem se recusar a dar o reconhecimento diplomático aos golpistas e declarar a proibição de uma ajuda econômica, como os Estados Unidos e outros países fizeram em reação à tentativa de golpe soviético de 1991. Esses governos e sociedades também podem prestar assistência técnica e econômica, serviços editoriais, de rádio e televisão, além de apoio de telecomunicações para os defensores civis. Essas medidas podem ser planejadas com antecedência.

O caráter não-violento e resistente desse tipo de defesa antigolpe pode estimular a publicidade e simpatia internacional. Às vezes, a simpatia política pode levar a pressões diplomáticas e econômicas internacionais contra os golpistas. Na derrota da tentativa de golpe de agosto de 1991 na União Soviética, as ações internas – especialmente a relutância dos soldados dentro das forças armadas em obedecer às ordens dos golpistas – parecem ter sido muito mais importantes. No entanto, as pressões diplomáticas e as ameaças da ação econômica internacional se mostraram um fator complementar significativo. Este caso ilustra que, sob certas condições, as pressões internacionais podem enfraquecer ainda mais os golpistas e fortalecer a causa dos defensores civis. No entanto, não deve haver o romantismo que a opinião pública internacional ou até mesmo a pressão diplomática e econômica internacional possam derrotar um golpe sem uma defesa determinada e forte por parte da própria sociedade atacada.

MUDANÇAS DE ESTRATÉGIA DURANTE A LUTA

Mudanças de estratégia por parte dos defensores civis podem ser necessárias em certos momentos para combater os novos objetivos dos opressores, para corrigir fraquezas expostas ou pontos fortes inesperados dos defensores, e maximizar o impacto da resistência dos defensores —

baseado na negação da legitimidade e na rejeição à cooperação.

Os líderes do golpe podem logo descobrir que serão confrontados por uma força de combate significativa da população em geral, organizada por meio de suas instituições sociais. Em certo ponto, os golpistas podem perceber que serão incapazes de controlar a sociedade e que a defesa é forte o suficiente para forçá-los a desistir de todo o processo. Se isso não ocorrer, os defensores deverão intensificar seus esforços para minar o regime dos opressores.

Quando o controle dos golpistas já estiver (ou parecer estar) enfraquecido, pode ser a hora de outra aplicação intensa da estratégia de repúdio e rejeição. No entanto, isso pode ser simplesmente mais uma fase do conflito seguida por uma estratégia de concentração de resistência apenas em questões especialmente importantes. Ou, a estratégia total de não-cooperação pode ser a cartada final contra o golpe.

SUCESSO DURADOURO

O sucesso da defesa antigolpe depende de vários fatores-chave. Esses incluem, entre outros, o espírito de resistência, a solidariedade e a força da população que está se defendendo, a capacidade do povo de manter a resistência e a disciplina não-violenta, os pontos fortes e fracos dos

golpistas, a escolha da estratégia de ataque dos golpistas e a sabedoria por trás das estratégias de defesa.

A vitória dessa defesa antigolpe só virá para aqueles que desenvolverem uma ferramenta política refinada e poderosa em conjunto com uma estratégia sábia. Tal como acontece em um conflito militar, nesse tipo de conflito são necessárias a capacidade genuína de poder e a força de defesa. A derrota dos defensores constitucionais é sempre uma possibilidade, assim como a derrota ocorre em uma guerra tradicional. No entanto, há fortes sinais de que um povo determinado terá grandes chances de obter sucesso com uma defesa antigolpe, e com menos vítimas e menos destruição do que com um conflito militar.

EM CASO DE NECESSIDADE DE DEFESA A LONGO PRAZO

Se a defesa antigolpe não for bem-sucedida em dias ou semanas, uma nova situação estratégica terá sido criada. Os golpistas provavelmente terão conseguido estabelecer um mínimo de legitimidade, aceitação, cooperação e controle. O conflito terá passado de uma defesa antigolpe de curto prazo para uma de longo prazo contra uma ditadura estabelecida. Para essa situação de conflito bastante diferente, apenas algumas linhas sugestivas de resistência podem ser descritas aqui.[16]

Nessa resistência, uma estratégia de total não-cooperação com o novo governo provavelmente não seria viável, devido à necessidade da sociedade para sobreviver a uma luta de longo prazo. Em vez disso, seria necessário concentrar a política de resistência em vários pontos-chave até que uma mudança no equilíbrio de forças permitisse uma aplicação da não-cooperação mais generalizada ou total para se ter sucesso.

Uma estratégia de defesa a longo prazo contra um ditador estabelecido precisa se concentrar em dois objetivos principais. Primeiro, é necessário evitar que os opressores conquistem objetivos maiores além da ditadura em si. Caso os ditadores busquem outras formas de dominação, por exemplo, econômica, ideológica ou política, então os planos de libertação precisam se concentrar para evitar que isso se concretize. Isso produz uma estratégia de "resistência seletiva", às vezes chamada de "resistência em pontos-chave".

Sob uma estratégia de resistência seletiva, pessoas de várias profissões e ocupações podem resistir apenas em questões cruciais. Por exemplo, a polícia, ao tentar evitar que criminosos se aproveitem da situação, pode se recusar seletivamente a localizar e prender resistentes democráticos, possivelmente talvez alertando as pessoas sobre prisões e ações repressivas iminentes. Professores podem se recusar a introduzir a propaganda do regime nas escolas. Trabalhadores e gerentes podem usar greves, atrasos e obstruções para impedir a exploração do país.

Clérigos podem continuar pregando sobre a responsabilidade de recusar ajuda aos ditadores.

O segundo objetivo principal da defesa a longo prazo é a proteção da autonomia das instituições da sociedade. Quando não houver o sucesso rápido da resistência antigolpe, os novos ditadores podem tentar controlar e silenciar várias instituições da sociedade. Essas tentativas se concentrariam especialmente nas instituições que estiveram envolvidas na luta de defesa, como os tribunais, escolas, sindicatos, grupos culturais, sociedades profissionais, instituições religiosas e similares. Se o controle sobre tais instituições for alcançado, a futura capacidade de resistência da sociedade será ainda mais enfraquecida. Portanto, a luta democrática de longo prazo deve resistir firmemente a qualquer esforço dos invasores de controlar as instituições da sociedade. Essas instituições não são apenas pontos de resistência. Elas também são organizações de resistência atuais ou potenciais que podem agir para defender a sociedade contra ditadores e restaurar o sistema político legítimo.

A estratégia de resistência seletiva é citada aqui apenas para mostrar que um fracasso inicial em derrotar um golpe não precisa condenar a sociedade a ditadura de longo prazo. No entanto, a principal defesa antigolpe deve buscar bloquear a usurpação de forma plena e rápida, bem antes dos golpistas terem consolidado seu controle.

O COLAPSO DO GOLPE

No entanto, nem sempre é necessário que haja uma defesa a longo prazo contra uma ditadura estabelecida. A luta inicial de defesa antigolpe pode bem ter sucesso. Se os defensores civis mantiverem sua disciplina e persistirem em sua resistência e não-cooperação apesar da repressão, e se envolverem com setores significativos da população, o impulso dos golpistas para atingir seus objetivos pode ser frustrado e, por fim, bloqueado.

A resistência de um povo preparado e de suas instituições pode finalmente provar ser demais para os líderes do golpe. Seus objetivos podem ser negados. Seus esforços para assumir o controle da sociedade podem falhar. A tentativa de golpe pode ter meramente colocado os golpistas em um ninho de vespas. O número de defensores determinados, não-cooperantes e desobedientes pode crescer constantemente. Pode ficar claro que os defensores resistentes terão sucesso, com uma vitória reforçada por nova vitalidade e durabilidade.

Será então necessário muito cuidado na transição de volta ao sistema constitucional, especialmente se os antigos líderes políticos tenham sido assassinados pelos golpistas. Sempre que possível, os líderes constitucionalmente selecionados devem retomar suas posições e a Constituição e as leis anteriores aplicadas devem voltar à vigência, para serem alteradas no futuro se apropriado. Assim que possível, é necessário começar a

corrigir quaisquer problemas e queixas legítimas que levaram à insatisfação das pessoas para apoiar o golpe. A sociedade e o governo também devem em considerar cuidadosamente como as qualidades democráticas do governo podem ser melhoradas.

COMO DETER UM GOLPE DE ESTADO

Uma capacidade bem-preparada de defesa contra golpes de Estado pode constituir uma formidável dissuasão contra pretensos golpistas. Quando uma sociedade é conhecida por ter uma defesa antigolpe bem-preparada, os possíveis golpistas esperarão no mínimo uma luta muito árdua e no máximo uma derrota vergonhosa, o que pode fazer com que nem mesmo tentem o golpe.

Se aspirantes a golpistas ou mesmo líderes governamentais atuais sabem que, se não respeitarem os limites constitucionais, a vontade democrática da sociedade será imposta pela resistência política e pela não-cooperação, e por isso podem decidir manter-se dentro das limitações constitucionais de seus cargos.

A capacidade de deter um golpe depende completamente da confiabilidade da capacidade de resistir efetivamente a um golpe de estado. Assim, a única maneira de se preparar para deter usurpações internas é estabelecendo bases fortes de não-cooperação e resistência contra-ataques desse tipo.

Como na defesa militar, não é possível garantir que a capacidade de deter um golpe será suficiente. Ataques podem ocorrer independentemente disso. Caso haja a tentativa de golpe apesar dos extensos preparativos para a resistência, esse tipo de defesa pode derrotá-lo de forma eficaz e potencialmente muito rápida, restaurando o governo constitucional, sem o risco de guerra civil.

PROMOÇÃO DA DEFESA ANTIGOLPE

Um passo inicial em direção a essa política precisará ser a disseminação em toda a sociedade do conceito de defesa antigolpe e a exploração das formas de resistência mais poderosas contra as usurpações. Um programa informativo e educacional pode ser iniciado por indivíduos e organizações mesmo que esse conceito seja bastante novo. Artigos, reportagens de jornais, reuniões públicas, grupos de discussão, rádio, televisão, grupos de discussão, palestrantes de diversas organizações, panfletos e livros, estão entre os meios de comunicação e educação que podem ser usados. A familiaridade com o conceito de que golpes podem ser resistidos com sucesso por meio da não-cooperação e da resistência são pré-requisitos para uma consideração cuidadosa e o apoio ativo das principais instituições civis da sociedade e para que haja os preparativos organizados para essa defesa.

É claro que a consideração, a adoção e implementação dessa defesa antigolpe não devem esperar o apoio de setores determinados a possivelmente conduzir um golpe. No entanto, a política antigolpe será fortalecida se receber consideração, apoio e participação "transpartidária". Uma abordagem transpartidária visaria incorporar pessoas e grupos com diferentes convicções e opiniões políticas no apoio ao desenvolvimento, à adoção e à implementação da política antigolpe. Essa variedade permitirá que o apoio da maioria da população à política antigolpe seja mais forte e mais unido.

ADOÇÃO DE UMA DEFESA ANTIGOLPE

Existem três maneiras principais para uma forte capacidade de defesa antigolpe ser adotada: (1) por meio de ampla divulgação, em todos os níveis da sociedade, de conhecimento e compreensão da grande estratégia e formas amplas de resistência antigolpe, conforme discutido anteriormente; (2) por meio da organização das instituições da sociedade civil de forma que elas estejam preparadas para enfrentar e resistir a um ataque desse tipo; e (3) por meio de mudanças constitucionais e legais, além de iniciativas organizacionais dentro da estrutura governamental, de forma que ela não fique à disposição dos golpistas. Idealmente, essas três maneiras deveriam ser aplicadas em sequência ou em conjunto, dependendo do

que seja possível ou mais viável no momento e na situação particular. No entanto, é possível iniciar o processo de educação e consideração sem a certeza de qual forma final será adotada e implantada.

PREPARATIVOS POR PARTE DE INSTITUIÇÕES CIVIS

Apesar da vulnerabilidade de muitos governos democráticos, nem todos os líderes políticos verão a necessidade e a viabilidade de se preparar uma defesa antigolpe. Mesmo assim, é importante que haja e seja desenvolvida uma capacidade de defesa contra golpes de Estado. Quando o governo, por qualquer motivo, não tomar a iniciativa de adotar uma política de defesa antigolpe e se preparar, o caminho está aberto para que a própria sociedade com qualquer grau de liberdades civis tome uma atitude. Nesses casos, as instituições civis têm um papel muito importante nas preparações diretas da defesa antigolpe.

Em muitas situações, o conceito básico de defesa antigolpe e os princípios da resistência podem ser disseminados, e os preparativos podem ser iniciados pelas instituições civis da sociedade, independentemente do envolvimento governamental.

Esses preparativos não significam, é claro, que todos achem que o atual governo é o melhor possível ou que ele não tenha sérios problemas e limitações, apenas que o

regime que possa ser imposto pelos golpistas provavelmente será significativamente pior. Bloquear um golpe que tente impor um governo mais autocrático e repressivo seria assim um pré-requisito para implantar as melhorias necessárias no sistema político e na sociedade.

É comum que o governo atual sofra de inadequações flagrantes, como corrupção generalizada ou perturbação social, como a “quebra da lei e da ordem”. Os golpistas podem afirmar com sinceridade ou falsamente que seu golpe é necessário para corrigir essas situações. Essa afirmação pode dar a eles um apoio popular significativo. Mesmo assim, a defesa é necessária contra esses golpes.

O novo regime pode não acabar com a corrupção, e a alegação de apoiar a “lei e a ordem” pode ser usada para impor um novo regime autoritário ou ditatorial. O uso de um golpe para corrigir tais problemas representa um precedente perigoso de como um regime problemático deve ser mudado. Esse golpe pode, de fato, tomar um rumo muito diferente do esperado, e o golpe seguinte pode ser muito mais sinistro. Um dos vários possíveis remédios alternativos incluem campanhas cuidadosamente focadas por meio de formas convencionais de ação, resistência ou protestos não-violentos.

Como técnica antidemocrática de mudança política, os golpes de estado são intrinsecamente perigosos mesmo quando há a afirmação de que eles têm a intenção de corrigir um problema grave. Na política, é comum que as

ações de um indivíduo tenham consequências involuntárias e nem todas as intenções sejam informadas ao público.

Instituições e organizações não-governamentais podem disseminar amplamente o conceito essencial de defesa antigolpe pela sociedade por meio de diversos meios de comunicação. Esses órgãos civis podem então, individualmente e em cooperação com outros, iniciar e implementar uma política de defesa antigolpe. Eles podem fazer isso educando seus associados, fazendo preparativos e planejando como seu setor da população e da sociedade poderia agir de forma mais eficaz para ajudar a derrotar um futuro golpe. Por exemplo, indivíduos, grupos e instituições de comunicação, transporte, repartições governamentais, polícia, vida religiosa, educação, e todos os aspectos importantes da sociedade precisariam planejar como bloquear o controle dos golpistas de forma eficaz.

Preparativos importantes para a defesa antigolpe podem fazer parte da educação e da organização de dentro das estruturas governamentais mesmo enquanto a política de defesa antigolpe ainda não tiver sido adotada. Em algumas situações, preparativos organizados por instituições civis também podem envolver governos locais e regionais, além da cooperação com a equipe e grupos de dentro da estrutura governamental nacional.

Esse tipo de planejamento precisaria focar em grande parte naqueles aspectos da sociedade que seriam áreas prioritárias de legitimação e controle para os golpistas. Entre as áreas prioritárias estariam o controle do

aparato governamental (funcionários civis, burocratas e afins) e o controle da polícia e membros das forças militares. Também seria muito importante controlar os jornais, o rádio, a televisão, os telefones, a água, a energia e os alimentos. Implantando iniciativas de educação, organização, planejamento e preparação, planos nacionais para bloquear futuros golpes poderiam ser preparados de acordo com condições nacionais específicas. Uma política de defesa assim poderia se tornar poderosa mesmo sem a iniciativa governamental.

Se instituições desse tipo forem fortes e representarem a diversidade presente na sociedade, é possível que elas preparem e conduzam uma poderosa defesa antigolpe, capaz de derrotar um ataque mesmo quando o próprio governo não tenha participado de sua elaboração.

PREPARATIVOS INICIADOS PELO GOVERNO

Quando a sociedade tiver um alto nível de democracia, ou pelo menos os líderes políticos desejarem que sua sociedade evolua pacificamente sem mudanças abruptas causadas por golpes de estado, os governos podem adotar políticas de defesa antigolpe. O Legislativo e outras partes do governo podem estabelecer medidas para preparar uma defesa eficaz contra futuros golpes. Essas medidas podem ser auxiliadas por alterações constitucionais, legais, e

mudanças organizacionais destinadas a impedir a tomada de controle do governo e da sociedade pelos golpistas.

Por exemplo, em 1997, a Tailândia adotou uma nova Constituição que foi um grande passo nessa direção. Seu artigo 65 declara:

Cada pessoa deverá ter o direito de resistir pacificamente a qualquer ato cometido com o intuito de governar o país de forma que não esteja de acordo com os modos previstos pela Constituição.

Obviamente, tal disposição constitucional é de grande importância. No entanto, para ser eficaz, requer dispositivos legais adicionais para a implantar o princípio, além de preparativos tanto governamentais quanto não-governamentais que tornem a não-cooperação poderosa o bastante para ser bem-sucedida.

Sempre que possível, o envolvimento do próprio governo na disseminação do conceito de defesa contra golpes e nos preparativos para uma defesa vigorosa podem ter vantagens significativas. A vantagem mais importante seria, naturalmente, a preparação direta da máquina governamental para resistir à tomada de poder. A burocracia, o serviço civil, os ministérios, os departamentos administrativos, a polícia e as forças militares poderiam ser treinados para oferecer uma forte resistência. Obrigações e diretrizes específicas de resistência antigolpe seriam desenvolvidas para e por funcionários públicos,

profissionais de mídia, operadores de comunicação, policiais, forças militares e funcionários de governos locais, regionais e provinciais. Caso esses componentes da máquina estatal possam ser mantidos inutilizáveis pelos golpistas, a defesa será mais extensa e poderosa. Além disso, a luta provavelmente será mais curta e terá menos vítimas.

UMA LEGISLAÇÃO POSSÍVEL E OUTROS PLANOS PARA MOBILIZAR A DEFESA

Os preparativos governamentais podem exigir uma nova legislação e implementação de dispositivos. Entre as medidas que podem ser tomadas estão:

- Adotar uma emenda constitucional que garanta aos cidadãos o direito e a responsabilidade de resistir a um golpe e negar a eles o direito de reconhecer o golpe como legítimo.
- Promulgar uma lei que obrigue todas as forças policiais e militares a se recusar a participar de ou ajudar um golpe.
- Promulgar uma lei que obrigue todos os funcionários públicos a se recusar a cooperar com um golpe e obedecer aos usurpadores. Em caso de golpe, os funcionários públicos seriam obrigados a exercer seu trabalho de acordo

com as normas constitucionais, procedimentos e políticas legais.

- Promulgar uma lei que obrigue todos os profissionais de comunicação, mídia e transporte a resistirem à censura dos golpistas e se recusar a cooperar com ou comunicar ordens de líderes do golpe.
- Promulgar uma lei que obrigue todas as instituições financeiras públicas e privadas a se recusar a financiar relações com os golpistas.
- O governo constitucional pode se comunicar com todos os órgãos, organizações e governos internacionais quando houver uma crise iminente de modo que, caso haja um golpe, esses órgãos possam manter seu reconhecimento do governo constitucional e se recusar a ter uma relação com os golpistas.
- Em caso de golpe, indivíduos e órgãos do governo constitucional podem pedir auxílio aos líderes religiosos e morais para denunciar o ataque e aconselhar seus seguidores que se recusem a cooperar com ele.
- O governo constitucional pode fazer planos para continuar a liderança caso prédios governamentais importantes sejam tomados ou autoridades do governo sejam presas ou executadas.

- O Legislativo pode preparar planos relacionados a como o governo constitucional deve reassumir o controle do país após a tentativa de golpe fracassar.
- O Legislativo pode solicitar que organizações e instituições educacionais desenvolvam e implantem programas para educar cidadãos sobre o seu direito e dever de se recusar a cooperar com uma tentativa de golpe.

Durante todo esse planejamento, é necessário deixar claro que a natureza da resistência antigolpe é não-violenta e que ninguém deve cometer atos de violência contra seus concidadãos que apoiem o golpe ilegalmente. Também é necessário deixar claro quais são as punições para os indivíduos que são considerados culpados de iniciar ou cooperar com um golpe.

OUTROS TIPOS DE PREPARATIVOS

Além da preparação e divulgação de orientações gerais para resistência antigolpe, vários outros tipos de preparações de defesa são possíveis. Por exemplo, manobras de treinamento poderiam ser organizadas nas quais golpes imaginários seriam combatidos por uma resistência civil simulada. Essas manobras poderiam

ocorrer em áreas residenciais, escritórios ou fábricas, cidades, províncias e em todo o país.

Também seriam necessários preparativos técnicos para este tipo de defesa contra golpes. Provisões e equipamentos seriam necessários para que houvesse comunicações depois de os golpistas ocuparem centros importantes, instalações de jornais, estações de rádio e televisão. Materiais de publicação e equipamentos de transmissão para jornais clandestinos, panfletos de resistência e rádio poderiam ser protegidos e escondidos para uso em emergências. É necessário que haja ações antecipadas para localizar estações de radiodifusão, centros de comunicação ou gráficas no território de um país amigo e solidário.

CONSEQUÊNCIAS DA DEFESA ANTIGOLPE

O objetivo da política de defesa contra golpes de Estado é preservar o governo constitucional bloqueando a imposição de um governo viável pelos golpistas, tornando a sociedade atacada ingovernável pelos opressores e permitindo que a população mantenha o controle e a autodireção da sociedade, mesmo sob ataque. A responsabilidade por essa preservação do governo constitucional depende de todos os membros da sociedade. São eles que podem manter e expandir suas

liberdades e continuar melhorando sua sociedade de acordo com os estimados princípios da nação.

Essa política de defesa antigolpe tem muitas qualidades. É uma política baseada em pessoas, não em tiros e bombas; em instituições humanas, não na tecnologia militar. É uma política que poderia servir à liberdade, em vez de ser uma ameaça de guerra civil e submissão a uma nova ditadura. Adotada e praticada internacionalmente, essa política é uma grande contribuição à eliminação de golpes de estado como um grande problema político. Ela limita a ascensão de novas ditaduras e reduz a prevalência da tirania no mundo.

Essa política é uma defesa criativa, baseada no poder do povo de, mesmo em graves crises, se tornar e permanecer mestre de seu próprio destino. As consequências disso podem ser profundas.

SOBRE OS AUTORES

Gene Sharp, PhD (University of Oxford) foi Pesquisador Sênior no Albert Einstein Institute em Boston, Massachusetts. Bacharel e Mestre pela Ohio State University e Doutor em teoria política pela University of Oxford. Professor emérito de ciência política na University of Massachusetts Dartmouth. Por quase trinta anos atuou como pesquisador no Center for International Affairs da Harvard University. Autor de diversos livros, incluindo *The Politics of Nonviolent Action* (1973), *Gandhi as a Political Strategist* (1979), *Social Power and Political Freedom* (1980), *Making Europe Unconquerable* (1985), *Civilian-base defense* (1990), *From Dictatorship to Democracy* (1993 e 2002), *Waging Nonviolent Struggle: Twentieth Century Practice and Twenty-First Century Potential* (2003). Suas obras foram publicadas em mais de trinta idiomas. Morreu em 28 janeiro de 2018.

Bruce Jenkins, foi Diretor de Políticas do Bank Information Center em Washington, D.C. Anteriormente, atuou como Diretor Executivo da Albert Einstein Institute de 1995 a 2000 e também como Diretor Assistente do programa Policy and Outreach da mesma da Instituição. Bacharel (em Ciência Política) pela University of New Hampshire e *Diplom* (em Ciência Política/Relações Internacionais) pela Freie Universität Berlin, com ênfase em sanções econômicas internacionais. Extensa experiência internacional

trabalhando com legisladores e grupos da sociedade civil. Participou em consultorias, workshops e missões de pesquisa na China, Suécia, Rússia e países bálticos sobre processos não-violentos de democratização.

NOTAS DE RODAPÉ:

[1] Os termos "golpe de Estado" e "putsch" são usados como sinônimos neste artigo.

[2] Ver, por exemplo, Rosemary HT O'Kane, *The Likelihood of Coups* (Aldershot, Inglaterra etc.; Avebury, 1987), p. 1; Steven R. David, *Defending Third World Regimes from Coups d'Etat* (Lanham, Maryland etc. University Press of America, 1985), p. 4; J. Craig Jenkins e Augustine J. Kposowa, "The Political Origins of African Military Coups: Ethnic Competition, Military Centrality, and the Struggle over the Postcolonial State", em *International Studies Quarterly* (1992), vol. 36, pp. 271-272; Steven R. David, *Third World Coups d'Etat and International Security* (Baltimore e Londres: Johns Hopkins University Press, 1987), pp. 1-2; e Steven R. David, "The Superpower Competition for Influence in the Third World" em Samuel P. Huntington, Editor, *The Strategic Imperative: New Policies For American Security* (Cambridge, Massachusetts: Ballinger, 1982), p. 236. As citações são respectivamente de

O'Kane, *The Likelihood of Coups*, p. 1 e Jenkins e Kposowa, "The Political Origins of African Military Coups", p. 271.

[3] David, *Third World Coups d'Etat and International Security*, p. 153-154, e O'Kane, *The Likelihood of Coups*, p. 135.

[4] Ações emergenciais genuínas por uma autoridade que rapidamente elimina essas prerrogativas e restaura os procedimentos constitucionais regulares não constituem golpes de estado.

[5] Ver O'Kane, *The Likelihood of Coups*, e para uma visão contrastante, ver Jenkins e Kposowa, "The Political Origins of African Military Coups".

[6] Para uma discussão dos seis tipos de golpes militares em países de terceiro mundo, classificados de acordo com motivações e efeitos, ver Steven R. David, *Third World Coups d'Etat and International Security* (Baltimore e Londres: Johns Hopkins University Press, 1987), pp. 13-16.

[7] David, *Defending Third World Regimes from Coups d'Etat*, pp. 4-5.

[8] Do espanhol *autogolpe*, usado para descrever casos da América Latina no início dos anos 1990.

[9] Isso não significa que em algumas circunstâncias a intervenção estrangeira possa bloquear ou até mesmo vencer um golpe, especialmente quando uma invasão militar avassaladora for possível, como no caso da ação dos Estados Unidos em Granada em 1983. A questão é que esses casos são exceções e esses métodos não são confiáveis. Se forem usados, tiram o controle da situação da população local.

Pode ser muito fácil subestimar as dificuldades enfrentadas pelos Estados Unidos, ou qualquer futuro superestado, que adotou uma política de ameaça e uso de intervenção militar para bloquear golpes de estado. Steven R. David apontou que: "As dificuldades inerentes à proteção de regimes contra as consequências de ameaças militares de grande escala são insignificantes quando comparadas aos problemas envolvidos na elaboração de estratégias para a proteção de lideranças contra golpes de estado autóctones". (Davi, "The Superpower Competition for Influence in the Third World", p. 242.)

[10] Este relato é baseado em Wilfred Harris Crook, *The General Strike* (Chapel Hill, NC: University of North Carolina Press, 1931), pp. 496-527; Donald Goodspeed, *The Conspirators* (Nova York: Viking, 1962, pp. 108-188; Erich Eyck, *A History of the Weimar Republic* (Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1962), vol. 1, pp. 129-160; Karl Roloff (pseud.: Karl Ehrlich) "Den

Ikkevoldelige Modstand: den Kvalte Kapp-Kupet", em K. Ehrlich, N. Lindberg e G. Jacobsen, organizadores, Kamp Uden Vaaben (Copenhague: Levin & Munksgaard, Einar Munksgaard , 1937), pp. 194-213; e John Wheeler-Bennett, *The Nemesis of Power* (Nova York: St. Martin's Press, 1953), pp. 63-82. Ver também Gene Sharp, *The Politics of Nonviolent Action* (Boston: Porter Sargent, 1973), pp. 40-41 e 79-81.

[11] Este relato é baseado no de Adam Roberts, "Civil Resistance to Military Coups", *Journal of Peace Research* (Oslo), vol. xi, não. 1 (1975), pp. 19-36. Todas as citações são dessa fonte.

[12] Este relato sobre o golpe de agosto de 1991 na União Soviética foi preparado por Bruce Jenkins e publicado anteriormente em uma obra de Gene Sharp com a participação de Bruce Jenkins, *Self-Reliant Defense Without Bankruptcy or War* (Cambridge, Mass.: Albert Einstein Institution, 1992), págs. 16-19. Ele foi elaborado com base nas seguintes fontes: *The Boston Globe*, 20-23 de agosto de 1991; *The Economist*, 24-30 de agosto de 1991; Stuart H. Loory e Ann Imse, *Seven Days That Shook The World*, reportagens da CNN, (Atlanta: Turner Publishing, Inc.: 1991); *Newsweek*, 2 de setembro de 1991; *The New Yorker*, 4 de novembro de 1991; *The New York Times*, 20-25 de agosto de 1991; *Time*, 2 de setembro de 1991; *The Washington ton Post*, 21 de agosto de 1991.

[13] Essa classificação foi introduzida pelo falecido Lars Porsholt. Ver Lars Porsholt, "On the Conduct of Civilian Defense" em TK Mahadevan, Adam Roberts e Gene Sharp, organizadores, *Civilian Defence: An Introduction* (Nova Delhi: Gandhi Peace Foundation, e Bombaim: Baratiya Vidya Bhavan, 1967), pp. 145-149.

[14] Para uma boa discussão geral sobre os princípios estratégicos na luta não-violenta, ver Peter Ackerman e Christopher Kruegler, *Strategic Nonviolent Conflict: The Dynamics of People Power in the Twentieth Century* (Westport, Connecticut and London: Praeger, 1994). Ver também Gene Sharp. *Waging Nonviolent Struggle: Twentieth Century Practice and Twenty-First Century Potential* (Boston: Horizon Books, 2005).

Para uma discussão mais detalhada sobre a estratégia de defesa baseada em civis, ver Gene Sharp, *Civilian-Based Defense: A Post-Military Weapons System* (Princeton, NJ: Princeton University Press, 1990), pp. 89-111; Gene Sharp, *Making Europe Unconquerable: The Potential of Civilian-based Deterrence and Defense* (Cambridge, Mass.: Ballinger Books, 1986), pp. 88-118, (Londres: Taylor & Francis, 1985), pp. 113-151; e Adam Roberts, "Civilian Defense Strategy" em Adam Roberts, editor, *The Strategy of Civilian Defense* (Londres: Faber & Faber, 1967); Edição dos EUA: *Civilian Resistance as a National Defense*

(Harrisburg, Pa.: Stackpole Books, 1968) pp. 215-251. Outras fontes estão presentes em Sharp, *Making Europe Unconquerable* (edição Ballinger), pp. 160-161, n. 1.

[15] Ver Gene Sharp, *The Politics of Nonviolent Action*, pp. 586-620.

[16] Ver Gene Sharp, *From Dictatorship to Democracy: A Conceptual Framework for Liberation*. Bangkok: Comitê pela Restauração da Democracia em Burma, 1993 e Boston: Albert Einstein Institution, 2002.